

quer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. A Administração entende que o montante de Caixa e equivalentes de Caixa é suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo. 4. Contas Receber: Referem-se a contas a receber de contrato de gestão com Secretaria de Saúde do Estado do Pará, vigente até 21/11/2022.					2018 Contrato 002/2017 - SESP					1.611.702
										1.611.702
5. Imobilizado Contrato de Gestão					Maqs. e eqptos	Mov. e Utensílios	Mov. Hosp	Veículos	Eqptos Pedag.	Total
					10%	10%	10%	20%	10%	
Saldos em 31 de dezembro 2018										
Saldo inicial	-	-	-	-	2.398.243	1.332.815	87.256	364.831	103.204	4.452.843
Aquisição	122.736	1.211	15.475	27.072	(162.167)	(96.813)	(2.543)	(60.035)	(7.129)	(333.697)
Depreciação	(3.745)	(24)	(516)	(725)						
Saldo final	118.991	1.187	14.959	26.347	2.236.076	1.236.002	84.713	304.796	96.075	4.119.146
6. Intangível					14. Despesas Gerais e Administrativas					Período de 08/03 a 31/12/2018
Contrato de Gestão										
Saldo em 31 de dezembro de 2018										
Saldo inicial	-	-	-	-						
Aquisição	66.435	550.718	617.153							
Depreciação	(3.513)	(85.019)	(88.532)							
Saldo final	62.922	465.699	528.621							
7. Partes Relacionadas: O montante a receber de R\$ 650.000, refere-se a contas a receber com hospital relacionado sob a mesma gestão. O saldo a pagar de R\$ 180.243 refere-se a serviços laboratoriais prestados por hospitais relacionados sob a mesma gestão, bem como serviços da gestão.										
8. Fornecedores										
2018										
Material e medicamentos	29.293									
Serviços	336.445									
Serviços médicos	479.719									
Diversos	10.290									
855.747										
9. Obrigações Trabalhistas										
2018										
Ordenados e salários a pagar	6.612									
Provisão férias	309.721									
Provisões FGTS s/férias	24.777									
341.110										
10. Obrigações Sociais										
2018										
INSS a recolher	27.911									
FGTS a recolher	37.025									
IRRF s/ folha a recolher	40.228									
Contribuição Sindical a recolher	-									
105.164										
11. Receitas Diferidas: O Hospital recebeu, em 2018, o total de R\$ 6.538.768 como verba para investimento, utilizado no exercício de 2018 o montante de R\$ 5.069.996. O saldo demonstrado no grupo de receita diferida em 31/12/2018, refere-se à entrada recurso para imobilizado com o contrato de gestão no hospital, contabilizando a depreciação mensal dos bens na conta receita diferida no passivo conforme abaixo:										
2018										
Imobilizado - contrato de gestão	4.452.843									
Intangível - contrato de gestão	617.153									
Total investido em ativo	5.069.996									
(-) Depreciação/amortização acumulada	(422.229)									
Total imobilizado/intangível líquido	4.647.767									
(+) Saldo para investimento	1.891.001									
Receita diferida	6.538.768									
12. Patrimônio Social: O Patrimônio Social é acrescido de excedentes de receitas sobre despesas (superávit), ou deduzidos por insuficiências (déficit), dos resultados obtidos nos congressos, bem como na administração da sede da Entidade.										
13. Receitas Operacionais										
Período de 08/03 a 31/12/2018										
Receitas faturadas	19.104.649									
Expectativa contratual de receitas	7.389.290									
	26.493.939									
(-) Glosa por implantação	(7.389.290)									
19.104.649										
José Batista Luz Neto - CPF: 623.807.103-68 - Diretor Executivo					Jairo Leite de Lima - Contador - CRC CT PA 012413/O-2					
Relatório do Auditor Independente					Sobre as Demonstrações Contábeis					
À Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH - Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação - CIIR - Belém - PA. Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de 10 meses findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR), em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 10 meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Provisão ou baixa para Créditos de liquidação duvidosa: A estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e/ou reconhecimento da perda dos recebíveis com					baixa perspectiva de recebimento envolve alto nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ou baixa de recebíveis envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis incerteza de recebimento e renegociação com ente público. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: (i) Análise das políticas de cobrança, renegociação e discussão junto ao ente público; (ii) entendimento sobre os controles gerenciais em validação aos descontos promovidos pelo ente público, bem como a avaliação do cumprimento de métricas contratuais e (iii) Análise sobre a perspectiva da Administração sobre o recebimento dos valores contratuais. Concluímos pela adequação dos critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação do contas a receber realizável. Enfases: Nossa opinião não está ressaltada em função dos seguintes assuntos: i) Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, será integralmente revertido ao poder concedente (Estado do Pará), quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis. ii) A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas em condições de mercado ou com outras partes. iii) Conforme demonstrado na nota explicativa 14, a Entidade reconheceu na demonstração de resultados, em 2018, a previsão de receitas relativas a expectativa de repasses do contrato gestão. Em contrapartida, registrou a correspondente baixa no montante de R\$ 7.389.290, relativa a glosa de recebimentos, em virtude do processo de implantação operacional. Desta forma chamamos a atenção sobre efeito nulo no contas a receber e superávit do exercício. Responsabilidades da Administração e da					